

Entre juros altos e crédito fácil, o Brasil aprofunda a crise das famílias

João Victor da Silva, economista

O Brasil alcançou em abril um recorde que ajuda a explicar boa parte da angústia financeira vivida hoje pelas famílias: 80,9% dos brasileiros estão endividados, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Nunca tantas famílias dependeram de crédito para fechar as contas do mês. Ao mesmo tempo, a inadimplência avança e já atinge quase 30% dos lares do país.

Os números escancaram uma distorção que vai muito além das dívidas no cartão de crédito ou do cheque especial. O que o Brasil vive hoje é o resultado de uma contradição criada dentro da própria política econômica.

Na prática, o governo expande gastos públicos, amplia programas de crédito subsidiado e estimula o consumo. O efeito disso é aumento da inflação, deterioração fiscal e pressão sobre os juros. O Banco Central, por outro lado, reage elevando a Selic para tentar conter justamente os efeitos dessa expansão. É uma

economia que acelera e freia ao mesmo tempo.

O resultado aparece diretamente no orçamento das famílias.

De um lado, o custo de vida sobe e corrói a renda. De outro, os juros tornam o crédito cada vez mais caro. Para muitas famílias, a dívida deixa de ser exceção e passa a funcionar como extensão permanente da renda mensal.

Nesse ambiente, programas como o novo Desenrola 2.0 surgem como tentativa de aliviar a situação. O governo prevê 90 dias para renegociação de dívidas de cartão de

crédito, cheque especial e crédito pessoal, com descontos que podem chegar a 90% para famílias de baixa renda. Também será

permitido utilizar parte do saldo do FGTS para quitar débitos.

A questão é que o programa ataca o efeito, não a causa.

O primeiro Desenrola já havia mostrado esse limite. Após o encerramento da iniciativa anterior, o país ganhou cerca de 9 milhões de novos inadimplentes em poucos meses. O alívio foi temporário porque a estrutura econômica que produz o endividamento permaneceu intacta.

O próprio desempenho recente da economia ajuda a entender essa dinâmica. O PIB brasileiro cresceu apenas 2,3% em 2025, o menor resultado desde a pandemia. O consumo das famílias desacelerou fortemente, os investimentos perderam ritmo e o crédito passou a sentir os efeitos de uma política monetária restritiva.

Mas existe um detalhe importante nessa história: o Brasil expandiu crédito demais nos últimos anos.

Durante e após a pandemia, políticas emergenciais, juros artificialmente baixos e programas de estímulo impulsionaram uma forte expansão do crédito para famílias e empresas. O estoque de crédito no Sistema Financeiro Nacional saiu de R\$ 3,7 trilhões em 2019 para R\$ 6,9 trilhões em 2025.

O problema é que crédito barato por tempo prolongado cria uma ilusão de capacidade financeira. Famílias consomem mais, empresas assumem riscos maiores e decisões econômicas passam a depender de uma condição artificial que não se sustenta no longo prazo.

Quando os juros voltam à realidade, a conta aparece.

Hoje, o Brasil já começa a sentir os efeitos desse ajuste. Empresas em recuperação judicial aumentaram mais de 24% em 2025. As famílias, por sua vez, convivem com

níveis recordes de comprometimento de renda. E tudo isso acontece mesmo com desemprego relativamente baixo e economia ainda crescendo.

Essa talvez seja a parte mais preocupante do cenário atual: se as famílias já estão sufocadas durante um ciclo de expansão econômica, o que acontecerá quando a atividade desacelerar ainda mais?

Existe ainda outro fator estrutural pouco debatido no Brasil: a baixa qualidade das informações de crédito e a baixa concorrência bancária. Como os bancos têm dificuldade em distinguir bons e maus pagadores, acabam elevando juros para todos os consumidores como forma de proteção. O resultado é perverso: o bom pagador também financia o risco do sistema.

Além disso, renegociações frequentes criam um fenômeno conhecido pelos economistas como risco moral. Quando os devedores percebem que dívidas poderão ser periodicamente renegociadas ou parcialmente perdoadas, parte do incentivo para manter disciplina financeira acaba enfraquecida.

Isso não significa que famílias endividadas não precisem de ajuda. Precisam. Mas o Brasil insiste em tratar o superendividamento como um incêndio isolado, quando ele é consequência direta de um modelo econômico desequilibrado.

O verdadeiro "desenrola" não virá de campanhas temporárias de renegociação. Virá de responsabilidade fiscal, inflação controlada, juros estruturalmente menores, ambiente bancário mais competitivo e educação financeira construída no longo prazo.

Sem isso, o país continuará repetindo o mesmo ciclo: crédito fácil no presente, endividamento recorde no futuro e novas renegociações como solução emergencial. Uma economia que acelera e freia ao mesmo tempo dificilmente consegue avançar de verdade.

Foto: Asses. Comunicação



Integração Editorial



Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales
com colaboração de Cláudia Carpes.
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: Celina Sales